

O uso de paratextos em *O Regicida*

Katrym Aline Bordinhão dos Santos¹

Resumo: Considerando que um processo de leitura que seja focado na análise de estratégias de escrita colabora no entendimento da organização de um texto, perspectivas com sua publicação e a multiplicidade de significados que ele pode conter, o que inclui a abordagem dos paratextos, objetiva-se analisar alguns elementos paratextuais em *O Regicida*, de Camilo Castelo Branco, romance histórico e que, justamente por isso, apresenta uma série desses recursos. Para tanto, nos concentramos nas definições de Gérard Genette sobre prefácio e notas, verificando como aparecem na obra, concluindo que há uma utilização muito profícua deles para o caráter histórico desse romance camiliano.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco. Ensino. Notas. Paratextos.

Abstract: Considering that a reading process that is focused on the analysis of writing strategies collaborates in the understanding of the organization of a text and perspectives of its publication, which includes the approach of paratexts, we aim to analyze some paratextual elements in *O Regicida*, by Camilo Castelo Branco, a historical novel which, precisely for this reason, presents a series of these resources. Therefore, we focus on Gérard Genette's definitions on preface and footnotes, checking how they appear in the work, concluding that there is a very fruitful use of them for the historical character of this Camilian novel.

Keywords: Camilo Castelo Branco. Teaching. Notes. Paratexts.

¹ Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Paraná (IFPR), Telêmaco Borba/PR, Brasil. E-mail: katrym.santos@ifpr.edu.br. ORCID: 0000-0003-4584-4197

A importância do reconhecimento da pesquisa como parte das atividades para a carreira na docência deve ser a cada dia mais reiterada. Quando se fala em ensino superior isso parece já comum, mas no caso do ensino básico a situação ainda não é a realidade. No ensino técnico e tecnológico essa possibilidade nos é assegurada e temos carga horária destinada à pesquisa com estudantes do ensino técnico integrado, o que permite orientações de Iniciação Científica Júnior, por exemplo.

Na resolução que rege as atividades de pesquisa no âmbito do Instituto Federal do Paraná (IFPR) tem-se como um dos princípios o “educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade” (2019). A pesquisa na literatura é uma das que permite, por sua natureza, ampliar o horizonte de expectativas daquele que a realiza, seja por conta do contato com outras realidades, ou por um novo modo de vivenciar a sua própria, atingindo, portanto, diversos aspectos que colaboram na formação como cidadão:

A literatura, pela liberdade que a funda, exprime conteúdos diversos, essenciais e secundários, evidentes e problemáticos, coerentes e contraditórios, que frequentemente antecipam os conhecimentos vindouros. Em cada época, textos estranhos e atípicos nos mostram (ou nos lembram) que o ser humano continua sendo um universo com vasta extensão a explorar. (JOUVE, 2012, p. 165).

A exploração dos diversos conteúdos passa pela interpretação do texto, o que traz reflexos diretos nas atividades do cotidiano de sala de aula. O objeto livro muitas vezes é conhecido somente nesse espaço, de modo que promover a leitura ultrapassa até a ideia de ler, pois inicialmente é preciso oferecer o acesso. Ao abordar o livro como o suporte do texto literário, nos envolvemos com dúvidas simples sobre o conteúdo, mas muitas vezes ignoramos o que o envolve, o entorno desse livro, que também traz material de estudo passível de análise do ponto de vista da pesquisa na área da literatura.

Ainda é preciso, no que diz respeito à relevância de uma pesquisa nesses moldes realizada em um ambiente de ensino básico, lembrarmos que um dos objetivos dessa atividade na Instituição é

estimular e valorizar a busca ou produção de conhecimento científico e tecnológico por parte dos servidores e estudantes, capacitando estes para despertar ou desenvolver: o pensamento crítico e criativo; a curiosidade e a investigação científica transformadora da realidade; autonomia para atuar na sociedade identificando suas necessidades e agindo para solucioná-las. (IFPR, 2019).

A análise de textos literários no ensino médio muitas vezes assume um caráter superficial, em que questões como contexto são supervalorizadas, ficando os elementos importantes para os efeitos alcançados pelas produções em

segundo plano, justamente o que permite um trabalho mais efetivo de interpretação e que influencia no estímulo ao pensamento crítico e criativo:

Comentar é atualizar as relações entre a obra e os componentes de nosso universo cultural, no duplo plano sincrônico (o texto é portador de saberes que estruturam nossas representações) e diacrônico (o texto se inscreve em um legado, que ele transmite e reavalia). (JOUVE, 2012, p. 163).

Um processo de leitura que seja calcado em análise de estratégias de escrita colabora na formação do estudante, no entendimento da organização de um texto, perspectivas com sua publicação e a multiplicidade de significados que ele pode conter. Com esse tipo de leitura se tem acesso a uma forma de uso da linguagem que se apresenta de modo diferenciado, por meio de diálogos que não se concretizam instantaneamente, permitindo uma experimentação dos efeitos de sentido que a palavra é capaz de alcançar.

Tendo isso em mente, ao trabalhar os prefácios de autores como Machado de Assis e notar como os alunos se interessavam no caráter irônico e direto que envolvia tais textos, a ideia de trabalhar com esses elementos que acompanham o texto ficcional surgiu. Atualmente, como consequência também desse momento em sala de aula, mantenho um grupo de leitura que funciona como projeto de extensão, em que lemos contos de Machado de Assis, por iniciativa dos estudantes. O objetivo é seguir adiante com leituras de contos em geral, incluindo os de literatura portuguesa, para incentivar o contato também com essa literatura, que passa praticamente despercebida na formação dos estudantes.

No cotidiano da pesquisa, ao ler o romance *O Regicida*, de Camilo Castelo Branco, também foi possível perceber a importância do uso de notas explicativas durante sua apresentação. Diante disso, surgiu a ideia de desenvolver o projeto de pesquisa “Os paratextos na literatura”, que acontece desde 2020 no IFPR – Campus Telêmaco Borba.

Com a publicação de edital interno de bolsas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – Jr), o projeto foi contemplado e uma estudante do curso técnico em Informática para a internet desenvolveu uma pesquisa sobre o assunto e analisou o posfácio de uma edição comemorativa pelo centenário de nascimento de Clarice Lispector, de *Felicidade Clandestina*, da editora Rocco. Na ocasião, a escolha foi feita pela familiaridade da estudante com a obra. Em 2021, com o novo edital, mais uma vez o projeto foi contemplado, e está desenvolvendo nova análise de paratextos, com previsão para encerramento em julho de 2022.

Nesta oportunidade, então, apresentaremos o andamento da pesquisa realizada pela coordenação do projeto, paralelamente aos programas de iniciação científica, e que envolve a análise do romance de Camilo Castelo Branco acima

mencionado. A abordagem escolhida advém do aprofundamento de uma questão abordada no capítulo “O conceito camiliano de História”, publicado no livro *Romance Histórico: cânone e periferias*, lançado em 2020 pela editora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, em Braga. Fruto de uma comunicação em congresso sobre o romance histórico, nele se explorou como o conceito de História foi abordado por Camilo nessa obra. O enfoque, agora, é trabalhar com a importância dos elementos paratextuais em *O Regicida*, com destaque para as notas explicativas.

Os chamados textos paratextuais são definidos por Gérard Genette (2009, p. 9) como “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público”. Tais textos, ainda que tenham estreita relação com o conteúdo e a forma romanesca, permitem uma proximidade com o público leitor, que gira em torno até mesmo de uma “orientação didática” sobre o ato de ler, ou consumir, literatura, o que permite uma análise dos aspectos que são vistos pelos autores, ou narradores em alguns casos, como importantes no texto literário. Assim, os paratextos envolvem os prefácios, posfácios, notas, textos de contracapa, entre outros elementos que, de fato, envolvem o livro.

Ao se pesquisar essas situações, a questão do sentido do texto vem à tona, e novamente Vincent Jouve nos apresenta uma reflexão importante para entendermos o porquê do interesse nesse tipo de texto que emoldura os romances:

Um texto não deixa de ser um fato linguístico, impossível de apreender, independentemente do sentido que ele veicula. Na medida em que o sentido não se confunde nem com o sentido pretendido pelo autor, nem com o sentido projetado pelo leitor, parece lógico que nos interessemos pela “intenção do texto”. (JOUVE, 2012, p. 69).

Assim, objetiva-se analisar um desses elementos paratextuais, as notas explicativas em *O Regicida*, partindo principalmente da teoria de Gérard Genette em *Paratextos Editoriais* (2009), com o objetivo de refletir acerca de como esses elementos colaboram para a comunicação com o público no caso do romance em questão.

Os elementos paratextuais em *O Regicida*

Optamos por trabalhar com Gérard Genette devido ao estudo aprofundado que desenvolve em *Paratextos Editoriais*, definindo e analisando esses elementos de forma didática. Segundo o autor, o

texto [original] raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que, em todo caso, o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais amplo: *para torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua recepção e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro. (GENETTE, 2009, p. 9)

Inicialmente é preciso lembrar que o material paratextual presente no romance escolhido não se resume somente às notas. Recorrer ao expediente de prefácios, especialmente, era uma tendência dos escritores românticos e também de Camilo Castelo Branco. Não há um ineditismo nisso que justifique a abordagem, o que nos chama a atenção é como se faz uso desse expediente, conforme aponta Moizeis Sobreira de Sousa (2011, p. 113-114):

Na ficção camiliana sobejam ocorrências paratextuais. Camilo Castelo Branco recorreu exaustivamente a prefácios, notas de rodapé, epílogos, dedicatórias, epígrafes, entre outros. A utilização do aparelho metatextual é prática habitual desde a Antiguidade, permanecendo até a atualidade. Dessa forma, tal emprego tornou-se usual, passando despercebido em muitas ocasiões e leituras. Nesse sentido, a simples constatação de sua presença numa obra literária é no mínimo dispensável. Todavia, a análise do emprego particular que cada autor faz desse mecanismo parece ser proveitosa para os estudos literários, sobretudo para aqueles que se dedicam às relações de produção e recepção do texto literário, podendo revelar as implicações subjacentes à arquitetura e estruturação desse texto.

Dessa forma, Sobreira de Sousa apresenta nosso objetivo aqui, que é notar como o romance em questão nos oferece muitas oportunidades para verificar como se faz uso dessa instância paratextual e da metalinguagem ao mesmo tempo. As conversas com o leitor já são comuns na obra camiliana, e neste caso, e em muitos outros do mesmo período, assumem um caráter objetivo: convencê-lo de que se trata de uma narrativa que de fato aconteceu, que pode ser entendida como histórica. A aproximação da ficção com temáticas reais é algo que se mostra como marca do autor, conforme nos explica Ana Maria dos Santos Marques (2012, p. 214):

Camilo aproveitava sempre pormenores com potencial romanesco para núcleo central das suas narrativas, o que lhe facilitava o trabalho, pois ficava desde logo dispensado de “imaginar o entrecho basilar”. Esta técnica não era exclusiva do romance histórico: é sabido que Camilo aproveitava notícias, histórias antigas, depoimentos e até mesmo recordações pessoais para base de enredos de romances de atualidade,

revelando em notas e prefácios a origem dessas narrativas, o que não deixa de ser, como se sabe, mais um artifício romântico. Vários estudiosos da obra de Camilo se debruçaram sobre a forma como o romancista transformava a realidade em ficção.

Note-se como se fala especialmente do romance histórico, aqui entendido como aquele que opta por abordar fatos e personagens considerados históricos e como as consequências de seus atos influenciam na vida de personagens ficcionais. A função primordial dos paratextos de *O Regicida* parece estar ligada à intenção de demonstrar os elementos reais que permeiam a narrativa, convencendo o leitor – e até mesmo garantindo-o por isso. Talvez diante do sucesso que os romances históricos faziam, e ainda fazem, seja justamente por meio dos paratextos que se pretenda garantir essa “realidade histórica” que se busca para efetivá-los. Passemos a analisá-los.

Iniciando o romance, temos uma advertência, o que entendemos como um prefácio, tendo em vista a definição de Genette – “chamarei aqui de prefácio toda espécie de texto liminar [...], que consiste em um discurso produzido a propósito do texto” (GENETTE, 2009, p. 145) –, que muito nos interessa e demonstra um caráter preocupado por parte do narrador, acerca da visão que se tem dessa narrativa:

A urdidura deste romance, que afoitamente denominamos histórico, deu-no-la um manuscrito que pertenceu à livraria do secretário de Estado Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas.

O colector destes apontamentos, que a história impressa, respeitando as conveniências, omitiu, foi contemporâneo dos sucessos que arquivou, pois escrevia em 1648.

De lavra nossa, neste romance, há apenas os episódios que me saíram ajustados e congruentes com os traços essenciais da narrativa. (CASTELO BRANCO, 1874, p. 7).

Para Genette (2009, p. 145), o prefácio é “toda espécie de texto liminar [...], autoral ou alógrafo, que consiste em um discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede”. Nesse caso, nitidamente a mensagem que se passa é de que o narrador não fez mais do que apontar alguns detalhes em torno dos fatos históricos que foram suposta e propositalmente deixados de lado por motivos maiores. Essa confissão aproxima o leitor e convence aqueles que se interessam mais pelos “fatos reais”.

A piscadela ao explicar por que o historiador que havia retratado o fato foi omitido também é uma espécie de adendo, que atribui ainda mais uma prova ao caráter histórico, ainda que omitido, desse romance. Ressaltar essa intenção nos confirma o apontamento de Marques (2012, p. 175):

o romance histórico tradicional assenta na veracidade, que, por sua vez, depende do respeito pelo princípio da verosimilhança. Os romancistas recorrem a certas estratégias de validação do narrado, como a apresentação de manuscritos casualmente encontrados que explicam a origem das histórias, a transformação do autor em simples editor desses papéis, as notas explicativas que contêm informações históricas ou referências a documentos comprovativos da veracidade do relato. Deste modo, o autor livra-se da responsabilidade da invenção, ao mesmo tempo que potencia a credibilidade da narrativa, através da apresentação de “autoridades” avalizadoras previamente existentes.

Assim, optou-se pelo enfoque nas notas neste trabalho. Isso porque, além dessa constatação de Marques, como já dito, por ocasião da oportunidade em que me concentrei no caráter histórico dessa narrativa, a hipótese de que quanto mais ligado à História o romance estava, mais notas ele continha, teve como comparação a obra advinda desse enredo, *A Filha do Regicida*, cuja trama se prende mais ao destino dessa personagem ficcional, ainda que carregue, tal qual *O Regicida*, o subtítulo de romance histórico:

Vamos rastrear os destinos de Ângela [...] E, se no rastro escuro ou luminoso da amada e inocente criatura, resvalarmos aos lodaçais, pode ser que lá topemos os personagens repugnantes de cujo destino o leitor nos pede conta. O livro há de chamar-se *A Filha do Regicida*. (CASTELO BRANCO, 1874, p. 214).

Em *O Regicida*, as notas se multiplicam, tanto para de fato apresentar as referências bibliográficas das informações apresentadas, “comprovando” suas fontes, como para tecer comentários a respeito de costumes da época. Trata-se exatamente da definição dada por Genette (2009, p. 288): “a função essencial da nota autoral é a de complemento, por vezes de digressão, raramente de comentário: nada, como se notou várias vezes, que não pudesse sem um certo absurdo ser integrado ao próprio texto”.

É possível até mesmo entender que a colocação espacial dessas informações dê um toque de importância à informação, pois, positiva ou negativamente, ela se destaca do texto original. Para Genette (2009, p. 288), isso tem uma outra função válida: “A principal vantagem da nota é, com efeito, disponibilizar no discurso efeitos pontuais de nuança, de surdina, ou como se diz ainda na música, de registro, que contribuem para reduzir sua famosa e, às vezes, enfadonha linearidade”. A nosso ver, essa função se encaixa ao romance em análise, pois é também marca de Camilo o uso de digressões e outros recursos que colaboram para que não se concretize essa linearidade.

Perceber esse destaque dado às notas também não é nossa exclusividade, pois Marques já destaca essa importância em trabalho de 2012:

O *Regicida* é também pródigo nestes casos: o primeiro capítulo, por exemplo, traz-nos notas explicativas e bibliografia comprobatória sobre a música de Diogo de Alvarado, a morte de Bernardim Ribeiro, os amores de Camões com a “Boca Negra”, personagens que não têm qualquer intervenção no desenrolar da diegese; estes apontamentos servem, quando muito, para tentar estabelecer o quadro espaço-temporal em que ela irá decorrer. Estes poucos exemplos permitem-nos tirar uma conclusão: ao certificar a veracidade de alguns detalhes, Camilo pretende inculcar no espírito do leitor a autenticidade da narrativa na sua totalidade. (MARQUES, 2012, p. 220).

Essa preocupação em convencer sobre a autenticidade se mostra em outras obras de Camilo. No caso de *O Regicida* parece que a preocupação é ainda maior e se concentra no uso das notas, em sua maioria.

Analisemos, portanto, como essa veracidade está trabalhada em outras notas, utilizando a edição de 1874 da Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, disponível integralmente digitalizada. É importante mencionar que há notas nos rodapés das páginas marcadas por asteriscos ou mesmo o número 1, um apêndice com 24 notas numeradas em meio à obra, sem destaque no rodapé, e, depois delas, a inserção de uma nota final, a qual citamos a partir de uma edição de 2013, publicada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S. A, por conta de não estar disponível na edição digitalizada acima mencionada. Vê-se a importância delas apenas nessa tarefa de categorização. Além do local não há grande diferença entre elas, afinal, todas parecem ter o intuito de colaborar no entendimento de que o romance é histórico.

A maioria das notas de rodapé se concentram em pormenores sobre significados e supostas alterações do “texto original”, tentando indicar ao leitor a ideia de que há uma relação de transparência no relato do caso, e até mesmo de demonstrar preocupação com os que porventura podem ter dificuldade no entendimento de certos termos. Um exemplo é a explicação aprofundada sobre a designação de Açaфата do rei, a que Ângela foi elevada:

o tratamento de *senhoria* foi jurídico para as donas, moças da câmara e açaфatas, por alvará de 17 de maio de 1777, quando já dantes a *excelência* era o tratamento usual. Na corte de D. João IV, a lisonja e a urbanidade não hesitariam tratar de *senhoria* as açaфatas, e as amantes do rei em perspectiva. (CASTELO BRANCO, 1874, p. 110).

Mesmo que abordando um caráter etimológico da palavra, a nota não deixa de destilar a ironia comumente encontrada nas obras de Camilo. Por se tratar de um caso de relacionamento extraconjugal, viu-se como importante que o termo fosse devidamente explicado, e a opção pelo termo “elevada” trabalha bastante com a insinuação irônica.

Há também o caso das em que o narrador se dirige nominalmente ao leitor, o que, sabemos, traz uma ideia de igualdade e preocupação por parte da narrativa que pode conquistar a confiança desse ente:

Em *Nota* que há-de ser posta como confirmação destas miudezas verá o leitor que não tem razão para se maravilhar da omissão dos historiadores, salvo se lhe não é desconhecido um opúsculo de fr. Francisco Brandão, cronista-mor do reino, opúsculo publicado anònimamente em 1647, com este título: *Relação do assassínio intentado por Castella contra a Magestade d'el' rei D. João /F, nosso Senhor, e impedido miraculosamente*. (CASTELO BRANCO, 1874, p. 125).

Ao encaminhar a leitura de certas situações, ou supostamente tirar dúvidas sobre elas, o narrador tenta manter o controle da interpretação que se pode fazer a respeito dos detalhes históricos, e os que não parecem suficientemente, o que pode soar como acolhedor para esse leitor. A precisão dos detalhes, como sabemos, também traz à tona o contexto de verdade, importante para o romance histórico.

Destaque-se mais um caso em que há esse detalhamento: “Escuso dizer ao leitor que todas estas ruas e becos desapareceram no terremoto de 1755. Há memória delas em João Baptista de Castro (Mapa de Portugal) e outros topógrafos de Lisboa” (CASTELO BRANCO, 1874, p. 46). Essa nota aparece em um momento em que se detalha o percurso pelo qual a procissão ia passar e de como houve o planejamento dentro da construção de onde partiria o tiro que concretizaria o ato do regicida.

Já é comum que nas narrativas que envolvem o planejamento de alguma ação, ainda mais um crime dessa magnitude, todos os detalhes referentes ao planejamento e execução causem a curiosidade do leitor. Aqui podemos nos perguntar sobre o porquê de se optar por uma nota e não pela metanarração direta no texto ficcional, pois, como sabemos, Camilo faz uso desse expediente correntemente. Para tecer uma hipótese sobre esse questionamento, usamos uma observação de Genette (2009, p. 301): “Se o paratexto é uma franja amiúde indecisa entre texto e fora-do-texto, a nota, que, em todos os seus aspectos, advém de um ou do outro ou do entre-dois, ilustra perfeitamente essa indecisão e essa instabilidade”.

Essa instabilidade típica da nota de rodapé nos faz criar a hipótese de que seja justamente por esse motivo que elas aparecem tão marcadamente nesse romance, já que o material histórico é apenas uma “desculpa” para a escrita de uma narrativa, que, por sua instabilidade, pode justamente “segurar” o leitor nessa tarefa. Maria de Fátima Marinho já se manifestou sobre essa característica camiliana:

nas obras de Camilo percebemos que o autor não está minimamente preocupado em seguir criteriosamente os factos e acontecimentos, embora o possa alardear em notas, prefácios ou posfácios, ou, até, em passagens mais ou menos irónicas. (MARINHO, 2012, p. 11).

Tendo contato com essa informação, entenderemos que há uma preocupação maior com a matéria narrativa do que com o carácter histórico, o que, a nosso ver, atesta ainda mais a estratégia por fazer uso do material histórico apenas como chamariz de público. Exemplar dessa situação é o caso da nota final, que funciona como um posfácio autoral, em que o narrador recupera diversos autores que relataram a existência de Domingos Leite Pereira, o suposto regicida que desistiu no último minuto, e destaca que, de fato, o mais importante fora Francisco Brandão:

O investigador laborioso encontraria, acerca deste assunto, afora a citada notícia de Fr. Francisco Brandão, impressa em 1647, duas mais do mesmo ano, uma de Antônio de Sousa de Macedo, e outra de D. Francisco Manuel de Melo. São duas peças declamatórias: retórica em barda, e muita pobreza de particularidades. O documento mais precioso é do cronista-mor do reino. (CASTELO BRANCO, 2013, p. 195).

Trata-se de mais uma situação que vai ao encontro da proposta de Genette, para quem “Em todas essas notas autorais em ficções, existe uma imensa maioria de complementos documentais e pouca coisa de comentários autorais” (2009, p. 295). Parece que funcionam, então, como “provas” do carácter histórico do que se está contando, o que também coaduna com a constatação de Genette (2009, p. 294): “Quanto mais um romance se desprende de seu pano de fundo histórico, mais a nota autoral pode parecer despropositada ou transgressiva, um tiro de pistola referencial no contexto ficcional”.

As nomenclaturas dadas pelo autor acabam nos trazendo para a justificativa do porquê entendermos a nota final como um posfácio autoral: “o posfácio será considerado uma variedade do prefácio, cujos traços específicos, incontestáveis, me parecem menos importantes do que aqueles que ele tem em comum com o tipo geral” (GENETTE, 2009, p. 145). É por estar ao final da obra que entendemos que se distancia do principal objetivo do prefácio, que, no caso em questão é chamado de advertência.

Se no prefácio tínhamos um autor chamando para si a responsabilidade de estar oferecendo um romance histórico ao público, convidando-o a entrar na leitura já com esse aviso, na nota que encerra o texto temos um narrador ainda se defendendo de possíveis incongruências acerca de nomes ali utilizados:

As pessoas lidas na historia patria estão affeitas a encontrar, n'este caso da tentativa de morte contra D. João IV, que houve um denunciante de

Domingos Leite, chamado *Manoel da Cunha*, e não *Roque da Cunha*, como eu o denomino. Arguem-me pois de inventar nomes desnecessários á novella com agravo da historia. É injustiça que me fazem. Todos os historiadores que o leitor conhece o enganaram involuntariamente ou por negligencia de quem fiou de mais nos seus antecessores e guias. (CASTELO BRANCO, 1965, p. 216).

Como vemos, essa ação se aproxima da vantagem que o teórico francês vê no posfácio: “o autor poderia epilogar quando ambas as partes tivessem conhecimento de causa” (GENETTE, 2009, p. 211). Depois de todos os detalhes apontados no decorrer do enredo chegamos a essa defesa que o narrador se vê obrigado a fazer, e que, mais uma vez, aproxima essa nota de uma característica típica de posfácio: “Por sua localização e seu tipo de discurso, o posfácio pode pretender exercer apenas uma função curativa ou corretiva” (GENETTE, 2009, p. 212).

Considerações finais

Tendo a oportunidade funcionado também como espaço para divulgar uma das ações desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa “Os paratextos na literatura”, desenvolvido no IFPR – Campus Telêmaco Borba, o trabalho abordou uma pesquisa em torno do romance de Camilo Castelo Branco *O Regicida* e sua relação com os paratextos, em especial as notas. Por se tratar de um romance histórico, como o próprio subtítulo ressalta, a busca por comprovações acerca de sua ligação com a “realidade” parece ser o grande objetivo dos paratextos que o acompanham, incluindo as notas.

Genette pondera que o tipo de notas autorais em texto de ficção “se aplica ainda na maioria das vezes a textos cuja ficcionalidade é muito ‘impura’, muito marcada por referência histórica ou, às vezes, por reflexão filosófica: romances ou poemas cujas notas versam, basicamente, sobre os aspectos não-ficcionais da narrativa” (2009, p. 292), nos levando a afirmar que, de fato, é o que ocorre no caso em análise.

Ainda que a preocupação com o viés histórico seja vista apenas como um pretexto para dar andamento a mais uma narrativa, nota-se como os paratextos se adequam para o desenvolvimento do romance, mostrando uma das possibilidades de uso e interpretação. Isso posto, verifica-se a aplicação da pesquisa literária, que abre espaço para reflexões acerca da organização e expectativas em torno da escrita de um texto literário, exercitando a interpretação de um modo geral. Trata-se, portanto, de mais uma das possibilidades de trabalho com a literatura no âmbito escolar, conforme mencionado no início do

artigo, considerando que permite um estudo que extrapola a abordagem apenas temática ou datada, questionando a “realidade” apresentada na obra.

Referências

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Regicida: romance histórico*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Comp^a, 1874.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Regicida: romance histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S. A, 2013.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n. 58, de 13 de dezembro de 2019*. Aprova e institui as diretrizes para as atividades de pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Conselho Superior do IFPR, 2019. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDSzXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzPWP9SxAgNgb6I-A9xfKwkDkkaaCtxKYYq6I7vULW3C2H-hp9FbkrZAlajsZbslePGUHgI4VuV1HtmO8MTmefN. Acesso em 04 mar. 2020.

JOUBE, Vincent. *Por que Estudar Literatura?* Trad. Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARINHO, Maria de Fátima. Prefácio. In: MARQUES, A. M. S. *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 09-12. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13536.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

MARQUES, Ana Maria dos Santos. *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*. Porto: Edições Afrontamento, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13536.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

SANTOS, Katrym Aline Bordinhão dos. “O conceito camiliano de História”. In: SOUSA, Sérgio Guimarães de; RIBEIRO, Ana (Orgs.). *Romance Histórico: cânones e periferias*. Braga: CEHUM (Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho), 2020, p. 129-140.

SOUSA, Moizeis Sobreira de. Um roteiro de leitura para “Amor de Perdição”. *Revista Desassossego*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 113-124, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v3i5p113-124>. Acesso em 04 mar. 2020.